

ISSN 0101 - 3335

LETRAS DE HOJE

Nº 52

JUNHO DE 1983

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Curso de Pós-Graduação em Linguística e Letras
Centro de Estudos da Língua Portuguesa

A ARGUMENTATIVIDADE NO DISCURSO

Dra. Ingedore Grunfeld Villaça Koch
Docente da PUCSP

EXPEDIENTE

LETRAS DE HOJE

Fundada em 1967

Administração: Avenida Ipiranga, 6681

Caixa Postal 1429

90.000 Porto Alegre - RS - Brasil

Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Letras/Centro de Estudos da Língua Portuguesa em convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Diretor: Prof. Ir. Elvo Clemente

Vice-Diretor: Prof. José Marcelino Poersch

Revisão e correspondência:

Prof.ª Maria Rita Motta Guedes
Quintella**Conselho Editorial**

Para assuntos lingüísticos: Augustinus Staub, José Marcelino Poersch, Leonor Scliar Cabral, Feryal Yavas e Mehmet Yavas.

Para assuntos literários: Gilberto Mendonça Teles, Heda Maciel Caminha, José Edil de Lima Alves, Petrona Domínguez de Rodrigues Pasquês e Regina Zilberman.

Para assuntos interdisciplinares: Ignacio Antônio Neis e Urbano Zilles. A Revista aceita contribuições de sua especialidade.

Os originais enviados à Revista não serão devolvidos, mesmo que não sejam utilizados.

A Revista aceita trocas.

On demande l'échange.

We ask exchange.

Preço da assinatura

— 4 números anuais —

Brasil: Cr\$ 2.200,00

Exterior: US\$ 30

Número avulso: Cr\$ 650,00

Os pagamentos podem ser feitos por cheques bancários ou através de vale postal em favor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO — por Ignacio Antonio Neis	5
I — DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO	7
1 — INTRODUÇÃO	7
2 — A INTENCIONALIDADE NA PRODUÇÃO DA LINGUAGEM	10
3 — OS NÍVEIS DE SIGNIFICAÇÃO	11
II — GRAUS DE COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES TEXTUAIS	17
III — AS MARCAS LINGÜÍSTICAS DA ARGUMENTAÇÃO	21
1 — OS TEMPOS VERBAIS NO DISCURSO	21
2 — A PRESSUPOSIÇÃO	33
2.1 — Divergências quanto à noção de pressuposição ..	33
2.2 — A pressuposição segundo Ducrot	41
3 — AS MODALIDADES DO DISCURSO	56
4 — UMA VISÃO ARGUMENTATIVA DA GRAMÁTICA: OS OPERADORES ARGUMENTATIVOS	71
5 — AS RELAÇÕES INTERFRÁSTICAS	78
5.1 — Coordenação e Subordinação	78
5.2 — Relações entre enunciados do ponto de vista da enunciação	89
6 — ARGUMENTAÇÃO E AUTORIDADE POLIFÔNICA ..	103
7 — A RETÓRICA APLICADA	113
8 — ANÁLISES DE TEXTOS	121
8.1 — Exemplificação: Inter-relacionamento de campos lexicais	122
8.2 — Exemplificação: Análise do Texto "Quem tem medo da Universidade?"	125
8.3 — Exemplificação: Análise do Texto "Um desenhista que rejeita o estilo"	130
8.4 — Exemplificação: Análise do Texto "Opinião Carioca"	140
BIBLIOGRAFIA	156

APRESENTAÇÃO

Ingedore Grunfeld Villaça Koch, doutorada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1981, com tese sobre **Aspectos da argumentação em língua portuguesa**, autora de artigos em torno dos eixos de semântica, pragmática e argumentatividade, co-autora, com Leonor L. Fávero, da recém-lançada **Linguística textual: introdução** (São Paulo, Cortez, 1983), apresenta agora os leitores do número 52 de **Letras de Hoje** com extensa e valiosa matéria sobre **A argumentatividade no discurso**, constituída de versões reelaboradas de comunicações, artigos e capítulos de sua tese de Doutorado.

O trabalho inicia com dois capítulos introdutórios: no primeiro, **Discurso e Argumentação**, são explanados conceitos básicos, resultantes dos desenvolvimentos recentes da linguística, principalmente da corrente pragmática; no segundo, é examinada a **complexidade das relações intertextuais**, entre as quais são destacadas as relações pragmáticas, ideológicas ou argumentativas, que passarão a ser o objeto do terceiro capítulo.

Essa terceira parte, cerne da publicação, somando 90% do corpo do texto, estuda **As marcas lingüísticas da argumentação**. É subdividida em sete seções teóricas e uma seção de análise de textos.

As seis primeiras seções teóricas constituem estudos sobre diferentes aspectos da **retórica integrada**, isto é, dos recursos argumentativos presentes no nível lingüístico fundamental:

— análise da proposta de H. Weinrich quanto à função dos **tempos verbais** no discurso, na perspectiva da argumentatividade, e aplicação dessa teoria no exame de seis textos extraídos de periódicos;

— revisão de literatura sobre o conceito de **pressuposição**, básico na argumentação: primeiramente, é demonstrada a divergência existente entre os autores quanto a esse conceito; depois, são expostas detalhadamente as teorias formuladas por Ducrot sobre o assunto;

— discussão das relações de **modalidades do discurso**, enfocadas do ponto de vista da pragmática e relacionadas com a argumentatividade;

— apresentação dos **operadores argumentativos**, ou seja, dos elementos nos quais a gramática reconhece valor retórico ou argumentativo, mas cuja importância na enunciação é ressaltada pela macrossintaxe do discurso;

— exame de algumas questões pertinentes aos diferentes tipos de **relações de interdependência** entre as partes de um texto: dá-se uma nova visão do problema da coordenação/subordinação; acentua-se a importância das relações entre os enunciados e a situação de enunciação; a seguir, estudam-se sucessivamente as relações do tipo lógico e as relações discursivas, pragmáticas ou argumentativas;

— exposição das noções de **polifonia** e de **autoridade polifônica**, elemento da argumentatividade constantemente presente no discurso.

A sétima seção teórica explicita o conceito de **retórica aplicada** como conjunto de mecanismos retóricos outros que aqueles propriamente lingüísticos, resultantes da manipulação e pela linguagem, tais como a ironia, a insinuação, o inter-relacionamento de campos lexicais, a seleção lexical, a argumentação por autoridade, as expressões exclamativas ou de valor interjetivo.

Finalmente, a oitava seção é consagrada à **análise de textos**, como um exame sistemático dos recursos argumentativos e retóricos utilizados num corpus de quatro textos extraídos de periódicos, em que predomina a função argumentativa da linguagem.

Entre os méritos do trabalho de Ingedore G. V. Koch, que valorizam sobretudo esta publicação, alguns há que não se pode deixar de ressaltar. Por um lado, a atualidade do tema: situando-se na linha das pesquisas sobre aspectos transfraseais, discursivos, que, em boa hora, começam a multiplicar-se entre nós, o texto aqui publicado constitui-se em estudo pioneiro sobre a argumentatividade em língua portuguesa. Por outro lado, a amplitude do embasamento teórico: a exposição segura e consistente revela a especialização da Autora e usa familiaridade com o assunto. Enfim, as análises do corpus, mediante o exame metódico das categorias propostas, têm a vantagem de possibilitar que o leitor estudioso faça um treinamento prático de decodificação de textos argumentativos.

Ao divulgar os frutos das investigações de Ingedore G. V. Koch, a revista **Letras de Hoje** vem, sem dúvida, preencher uma lacuna da bibliografia disponível em língua portuguesa na área de lingüística textual e de tipologias de discursos.

Ignacio Antonio Neis

I

DISCURSO E ARGUMENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

O relacionamento do homem tanto com a natureza quanto com os seus semelhantes é mediatizado por símbolos; em outras palavras, as relações homem-natureza e homem-homem se estruturam simbolicamente. Ora, ao passo que o relacionamento entre o homem e a linguagem como representação do mundo é tratado à luz da Semântica, a interação social do homem na e pela linguagem constitui objeto de estudo da Pragmática.

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso, tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar** constitui o ato lingüístico fundamental, pois **a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende "neuro", ingênuo, contém também uma ideologia — a da própria objetividade.

A aceitação desse postulado faz cair por terra a distinção entre o que tradicionalmente se costuma chamar de **dissertação** e de **argumentação**, visto que a primeira teria de limitar-se, apenas, à exposição de idéias alheias, sem nenhum posicionamento pessoal. Ocorre, porém, que a simples seleção das opiniões a serem reproduzidas já implica, por si mesma, uma opção...

É preciso também ressaltar, também, que os termos **argumentação** e **retórica** são aqui utilizados como "quase sinônimos", e que estas podem ser encontradas, em grau maior ou menor, em todo e qualquer tipo de discurso.

Foi com o surgimento da Pragmática que o estudo do discurso e, em decorrência, o da argumentação — voltou a ocupar um lugar central nas pesquisas sobre a linguagem.

Essa preocupação teve início no momento em que se passou a incorporar a enunciação ao estudo dos enunciados lingüísticos, o que deu origem à Teoria da Enunciação.

Os filósofos analíticos de Oxford, como também os americanos Searle e Grice, dedicaram-se ao estudo dos atos de linguagem — aquilo que se faz quando se fala —, postulando a existência de **atos ilocucionários**, que encerram a "força" com que os enunciados são produzidos, e de **atos perlocucionários**, que dizem respeito aos efeitos visados pelo uso da linguagem, entre os quais os de **convencer** e de **persuadir**.

Perelman (1970) — filósofo e jurista — ressalta que a argumentação visa a provocar ou a incrementar a "adesão dos espíritos" às teses apresentadas ao seu assentimento, caracterizando-se, portanto, como um ato de persuasão. Enquanto o **ato de convencer** se dirige unicamente à razão, através de um raciocínio estritamente lógico e por meio de provas objetivas, sendo, assim, capaz de atingir um "auditório universal", possuindo caráter puramente demonstrativo e atemporal (as conclusões decorrem naturalmente das premissas, como ocorre no raciocínio matemático), o **ato de persuadir**, por sua vez, procura atingir a vontade, o sentimento do(s) interlocutor(es), por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis e tem caráter ideológico, subjetivo, temporal, dirigindo-se, pois, a um "auditório particular": o primeiro conduz a certezas, ao passo que o segundo leva a inferências que podem levar esse auditório — ou parte dele — à **adesão** aos argumentos apresentados.

Os trabalhos de Perelman deram novo impulso aos estudos sobre a argumentação. Tentando aliar os principais elementos da Retórica de Aristóteles a uma visão atualizada do assunto, empenhou-se na elaboração de uma "Nova Retórica".

Desse modo, o discurso foi-se tornando objeto central de diversas tendências da lingüística moderna, como a Análise do Discurso, a Teoria de Texto e a Semântica Argumentativa. Essa última, preocupada com a construção de uma macrossintaxe do discurso, postula uma pragmática integrada à descrição lingüística, isto é, como algo intermediário entre o sintático e o semântico, considerando, portanto, os três níveis como **indissoluvelmente** interligados. Em decorrência, postula que a argumentatividade está inscrita no nível fundamental da língua.

Se a frase é uma unidade sintático-semântica, o discurso constitui uma unidade pragmática, atividade capaz de produzir efeitos, reações, ou, como diz Benveniste (1974), "a língua assumida como exercício pelo indivíduo".

Ora, o discurso verbal bem estruturado deve conter, implícitos ou explícitos, todos os elementos necessários à sua compreensão, deve obedecer às condições de **progresso** e **coerência**, para, por si só, produzir comunicação: em outras palavras, deve constituir um **texto**.¹ Todo texto caracteriza-se pela textualidade (tessitura), rede de relações que fazem com que um texto seja um texto (e não uma simples somatória de frases), revelando uma conexão entre as intenções, as idéias e as unidades lingüísticas que o compõem, por meio do encaideamento de enunciados dentro do quadro estabelecido pela enunciação.

É nesse sentido que Halliday (1973), ao imaginar um sistema capaz de explicitar tanto a estrutura do enunciado como o jogo de enunciação, define o texto como "realização verbal entendida como uma organização de sentido, que tem o valor de uma mensagem completa e válida num contexto dado". Assim, "o texto é uma unidade de língua em uso, unidade **semântica**" (em nosso entender, **pragmática**): "não de forma e sim de significado". Para ele, a textualidade depende de determinados fatores responsáveis pela **coesão** textual e seu trabalho destina-se ao estudo desses fatores.

As coordenadas do sistema proposto por Halliday (1970) definem-se a partir de três funções: ideacional, interpessoal e textual. A **ideacional** corresponde ao que se costuma chamar de função **cognitiva referencial** da linguagem; a **interpessoal**, ligada à posição que o locutor assume diante do ouvinte no processo da enunciação, diz respeito às diferenças de "modo" ou "modalidade", ou seja, diferenças entre afirmações, negações, perguntas, ordens, etc. A função **textual** diz respeito à criação de textos de modo pertinente ao contexto, devendo a língua conter, em sua estrutura, elementos capazes de justificar e explicar essa adequação. Duas estruturas fornecem ao falante a possibilidade de construção do texto: a **temática** e a **informacional**. Numa, desempenham papel principal o **tema** e o **rema**; na outra, o **dado** e o **novo**. Tanto uma como outra tem natureza claramente enunciativa e discursiva, já que permitem evidenciar as intenções do falante e constituir seqüências de sentido preciso e adequado às necessidades de comunicação.

Embora Osakabe (1979) apresente os trabalhos de Halliday como a "síntese ideal" entre uma lingüística do enunciado e uma lingüística da enunciação, e mesmo reconhecendo que eles podem trazer subsídios valiosos, entende-se que falta à **teoria de texto** (ou gramática de texto) algo que pode ser encontrado na Semântica Argumentativa e que, a nosso ver, seria justamente a "síntese ideal" entre a visão de língua de Saus-

sure (objeto social, da qual o indivíduo é escravo) e a de Chomsky (objeto ideal, lugar da liberdade, da criatividade individual): a visão da língua como intersubjetividade, como ação dramática, no dizer de Vogt (1980).

Dentro desta visão de discurso, considera-se, de acordo com Guimarães (1981), o texto escrito (texto em sentido estrito, portanto), como um tipo específico de discurso, cuja diferenciação em relação ao diálogo pode ser estabelecida a partir da "relação factual" que se estabelece entre locutor e destinatário. No texto, alguém se fixa como locutor, fixando o(s) outro(s) como destinatário(s), não havendo a possibilidade de uma troca (pelo menos, imediata) de papéis entre ambos; predomina, nesse tipo de discurso, uma organização interna, pelo fato de não haver possibilidade de reajustes de relação entre os interlocutores para cada evento particular de enunciação. No diálogo, por sua vez, como o destinatário é o "locutor de daqui a pouco", há uma constante troca de papéis entre as pessoas envolvidas no evento, possibilitando, a cada momento, tais reajustes.

Por outro lado, partindo do postulado de que a argumentatividade está inscrita no uso da linguagem, adota-se a posição de que a argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso, já que a progressão deste se dá, justamente, por meio das articulações argumentativas, de modo que se deve considerar a orientação argumentativa dos enunciados que compõem um texto como fator básico de coesão textual.

2. A INTENCIONALIDADE NA PRODUÇÃO DA LINGUAGEM

Segundo Vogt (1980), todo enunciado diz algo, mas o diz de um certo modo. Ao dizer, o enunciado representa um estado de coisas do mundo — tem-se aqui o que se pode chamar de significação ou de sentido¹. Por outro lado, ele mostra (e o faz por meio de marcas lingüísticas), o modo como o enunciado é dito, ou seja, a maneira como representa-se a si mesmo: é o sentido². É com base nestas afirmações que se pode dizer que todo enunciado é sui-referencial e que a linguagem é representação² de representação¹, representação² utilizada numa acepção teatral, para designar os diferentes papéis distribuídos nas cenas dramáticas que são os atos de fala e cujo desempenho cabe aos interlocutores, através de um mascaramento recíproco que é parte constitutiva essencial do jogo argumentativo da linguagem.²

Já que cada enunciação pode ter uma multiplicidade de significações, visto que as intenções do falante, ao produzir um enunciado, podem ser as mais variadas, não teria sentido a pretensão de atribuir-lhes uma interpretação única e verdadeira. O conceito de intenção é, assim, fundamental para uma concepção da linguagem como atividade convencional: toda atividade de interpretação presente no cotidiano da linguagem fundamenta-se na suposição de que quem fala tem certas intenções, ao comunicar-se. Compreender uma enunciação é, nesse sentido, apreender essas intenções. A noção de intenção não tem, aqui, nenhuma realidade psicológica: ela é puramente lingüística, determinada pelo sentido do enunciado, portanto lingüisticamente constituída. Ela se deixa representar de uma certa forma no enunciado, por meio do qual se estabelece entre os interlocutores um jogo de representações, que pode corresponder ou não a uma realidade psicológica ou social.

Assim, o sentido de um enunciado (sentido²) se constitui, também, pelas relações interpessoais que se estabelecem no momento da enunciação, pela estrutura desse jogo de representações em que entram o locutor e o alocutário, quando na e pela enunciação atualizam suas intenções persuasivas. É por isso que Ducrot e Vogt ressaltam em suas obras que a noção de sentido lingüístico deverá ser entendida não só como identidade ou diferença entre a estrutura do fato e a estrutura do enunciado utilizado para descrevê-lo, isto é, em termos de verdade ou falsidade (o dizer), mas, principalmente, como a direção, as conclusões, o futuro discursivo, enfim, o alvo para onde esse enunciado aponta (o mostrar).

A Pragmática, num sentido restrito, deve ser vista como o estudo da atividade interindividual realizada no discurso. A estrutura da significação em língua natural seria o conjunto de relações que se instituem na atividade da linguagem entre os indivíduos que a utilizam, atividade **que se inscreve sistematicamente no interior da própria língua**.

A distinção entre **dizer** e **mostrar** permite penetrar nas relações entre linguagem, homem e mundo: é sob esse aspecto que se torna possível falar de ideologia na linguagem. A enunciação faz-se presente no enunciado através de uma série de marcas. É por meio delas — marcas lingüísticas que são — que se poderá chegar à macrossintaxe do discurso, o que constitui o objetivo da Semântica Argumentativa.

3. OS NIVEIS DE SIGNIFICAÇÃO

Ducrot (1978b) resalta a existência, na linguagem ordinária, de uma **estratificação do dizer**: para se descrever o dis-

curso de alguém, não basta indicar o que a pessoa disse, mas também em que nível ela o disse: o sentido "explícito" (aquele cuja transmissão é apresentada como objeto do discurso) constitui, nas línguas naturais, apenas um nível semântico, de modo que, subjacentes a ele, podem-se dissimular outros níveis de significação "implícitos". Além disso, existe um implícito "absoluto" — aquilo que se introduz por si mesmo no discurso e que o locutor diz sem que o queira e mesmo sem que o saiba — e um implícito "relativo", interno àquilo que o locutor "quer dizer". A atividade de interpretação, que está em ação a todo momento no processo de comunicação, funda-se na suposição de que quem fala tem determinadas intenções, consistindo a compreensão justamente na captação dessas intenções, o que leva a prever, por conseguinte, uma pluralidade de interpretações. Compreende-se o **querer dizer** como um **querer fazer**; desse modo, introduzem-se no sentido todas as intenções de ação (i.é, os atos ilocucionários) e admite-se que o locutor deseje, de algum modo, fazer conhecer essa intenção. Daí a necessidade de o ato ilocucionário possuir um caráter público, declarado, o que, porém, não impede que o locutor negue a responsabilidade do implícito; além disso, o **querer dizer** do locutor pode tomar a forma, bastante indireta, de um consentimento ao que os outros queiram fazê-lo dizer ("É você que o está dizendo...").

O sentido, portanto, não se apresenta como algo pré-existente à decodificação, mas, sim, como constituído por ela. Assim, admitir que a interpretação derivada é, muitas vezes, imposta pela língua, obriga a recorrer a um conceito ao mesmo tempo **próximo e diferente** da noção tradicional de sentido literal — aquele que seria devido unicamente à frase da qual o enunciado constitui uma realização, antes de toda e qualquer interpretação. O valor semântico de uma frase — a sua significação — não é objeto de qualquer comunicação possível, pois ele consiste num conjunto de instruções para a sua interpretação, que comporta uma série de vazios a serem preenchidos por indicações que apenas a situação de discurso pode fornecer. Além disso, pelo fato de conter marcas de atos ilocucionários, que só têm realidade quando a frase é objeto de uma enunciação, a frase só se torna inteligível uma vez que é enunciada. Nessa acepção, o sentido literal não existe.

Por outro lado, se os atos derivados possuem realidade lingüística e sua decodificação faz parte da compreensão, é lícito afirmar que é a própria língua que comanda, em certos casos, a leitura implícita. Depende de uma **decisão** do intérprete dar ao enunciado o sentido mais próximo possível da significação da frase que este realiza, reduzindo ao mínimo o

recurso à situação. Aliás, para justificar essa indiferença com relação à situação, é necessário mostrar que ela mesma convide a isso, o que permite dizer que o "sentido literal" nada mais é senão **um efeito de sentido entre outros**.

O maior problema que se coloca diante da posição de Grice, Searle e outros teóricos da comunicação é o da suposição de que quem fala, fala sinceramente. Nem sempre a comunicação se dá de maneira transparente, com a única intenção de informar. A alusão, a ironia, o "blefe" ocorrem com frequência, devendo, pois, ser explicitados em termos de atos de fala derivados e considerados como aspectos constitutivos do uso normal da linguagem. O subentendido é construído como uma explicação da enunciação, em que o locutor apresenta seus atos de linguagem como um enigma a ser decifrado. Ao dizer que ele dá às suas palavras um dado sentido, deve-se entender que ele orienta a interpretação para uma certa leitura. Mas ele tem sempre a possibilidade de renegá-la em seguida, ou fingir que a renega — daí a denominação de implícito relativo. Na realidade, todo o sentido se dá sob esse modo; mas, se tudo é implícito, não o é da mesma maneira, podendo-se distinguir diferentes formas e diferentes níveis. Daí as tentativas que se têm feito de chegar a uma tipologia desses atos.

Anscombe (1980) estabeleceu quatro classes de atos: **os primitivos, os derivados marcados, os derivados não marcados ou alusivos** (subentendidos) — todos eles ilocucionários —, e **os perlocucionários**.

São primitivos os atos ilocucionários cuja frase subjacente é marcada para esses atos. Pode ocorrer que um enunciado, cuja frase é marcada para um ilocucionário primitivo, realize de fato um outro, não primitivo, o que não pode ser explicado por meio de **leis do discurso** ou princípios conversacionais.

Um ato será derivado marcado quando a existência na frase de certos **marcadores de derivação** exigem a intervenção de **leis do discurso** para a interpretação dos enunciados que a realizam. É o caso de "Você pode (ou quer) abrir a janela?"

Os derivados alusivos são aqueles em que a possibilidade de derivação não está indicada na frase e que não se ligam, também, a nenhuma forma superficial particular. Além disso, o ato primitivo do qual eles derivam é sempre realizado, ao contrário do que acontece com os derivados marcados. Como resultam de um cálculo do locutor ou do alocutário, eles podem ser recusados. É por essa razão que o derivado alusivo é frequentemente utilizado na estratégia do subentendido e da insi-

nação, já que o ato primitivo de que se origina serve de pára-choque a uma **manobra discursiva**. Entre estes atos, há aqueles a que se aplicam as mesmas leis do discurso que se aplicam aos derivados marcados.

Os atos **perlocucionários**, finalmente, são de natureza totalmente diversa, embora partilhem algumas propriedades com os derivados não-marcados. São perlocucionários certos efeitos, como **humilhar, ofender, atemorizar, gabar**, etc., que o locutor produz por intermédio de suas enunciações. Um ato perlocucionário não é jamais marcado e nenhum enunciado se apresenta como realizando o ato, ainda que seja destinado a realizá-lo. Se o ato ilocucionário é um ato realizado no e pelo discurso (portanto, uma entidade totalmente lingüística), o perlocucionário pertence a uma outra ordem, tanto que se pode sempre recusar a sua paternidade lingüística, mesmo quando ela está materialmente clara.

Aceitando-se estas últimas posições, percebe-se que é possível explicar todos os "efeitos de sentido" ou usos "não sérios" da linguagem por meio da noção de atos derivados.

Como já se disse acima, a significação explícita da frase é observável, já que só interessa o contexto frasal, gramatical, lingüístico no sentido estrito. Reconhecer a significação explícita faz parte da competência lingüística, em que o dicionário desempenha papel importante. É preciso notar, porém, que apenas o **enunciado** de uma frase é que pode ser considerado verdadeiro ou falso (as frases analíticas são pouco comuns em língua natural). A mesma frase, enunciada em momentos diferentes, pode ser contraditória. Ex.: "O dia está chuvoso".

Já se ressaltou, também, que existe a significação implícita, mais sutil, onde se encontram as indicações modais, das intenções do falante, ou seja, o modo como o conteúdo é comunicado e que estabelece, no enunciado, as condições particulares no interior das quais se dá a comunicação. Ocorre mesmo, com freqüência, usarem-se enunciados cujo sentido literal nada (ou quase nada) têm a ver com o sentido que lhes está sendo atribuído naquela situação.

O termo **implicação**, ou melhor, **implicitação**, abrange uma área relativamente ampla. Segundo Ducrot (1972), é possível identificar três formas de implícito:

a) **implícito baseado na enunciação** — se digo: **Está calor aqui dentro**, para indicar que desejo que abram a janela (subentendidos, alusões).

b) **implícito baseado no enunciado** — **João veio me procurar, logo deve estar em situação difícil** (inferência).

c) **implícito do enunciado** (pressuposição lingüística de Ducrot ou pensamento lateral de Frege (1892) — algo intermediário entre o dizer e o não dizer, que constitui uma forma de significação contida de modo implícito no enunciado (pressuposto), em oposição àquilo que é **posto**.

O implícito não diz respeito apenas ao universo vago, indefinido, das significações que se produzem entre dois falantes dentro do universo da situação. O que se faz necessário é que o ouvinte tenha condições de reconhecer no enunciado a forma particular sob a qual a proposição vem expressa. Por isso, o falante lhe dá indicações que permitam esse reconhecimento: é o modo do **mostrar**, do indicar, do implicar que constitui a **forma do enunciado**. A significação se dá, portanto, sob dois modos distintos: o da **mostração** (implícito) e o da **representação**³ (explícito), que correspondem à diferença entre o **mostrar** e o **dizer**, a que se fez referência.

Não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção.

Adotando-se este ponto de vista, o conceito de **situação** deverá englobar: a) a situação real dos fatos no mundo, à qual se remete ao emitir-se um enunciado e que pode ser avaliada em termos de verdade/falsidade (referência); b) a situação elaborada no processo de constituição, de representação das identidades, que constitui o ponto de ligação entre o texto e a realidade — a estrutura de um texto e o real se articulam pelo fato de ser possível construir uma estrutura de mediação, de representação, de interação verbal. É nesse sentido que se pode afirmar que a linguagem é constitutiva das próprias possibilidades de significação.

Cada ato de linguagem é, pois, constituído dos três atos mencionados: **falar, dizer e mostrar**.

O **falar** consiste na produção de frases, decorrentes da capacidade do falante de produzir determinados sons de acordo com determinadas regras gramaticais, isto é, de comportar-se gramaticalmente de acordo com essas regras. É o **nível gramatical**, a que se refere Benveniste (1966), correspondendo ao **ato locucionário** de Austin (1962). A frase é uma entidade fonomorfo-sintática, decorrente das leis segundo as quais os signos se combinam numa dada língua.

O **dizer** consiste em produzir enunciados, estabelecer relação entre uma seqüência de sons e um estado de coisas. O enunciado é uma entidade semântica.

O **mostrar** está ligado à enunciação. Visto à luz do processo de enunciação, o enunciado passa a ter um **sentido**, que incorpora o processo de significação e mostra a direção para a qual o enunciado aponta, o seu futuro discursivo.

Um produto lingüístico necessita, obviamente, ser garantido por certas regras estruturais, mas vale, basicamente, pelo que significa, quando a frase se atualiza em enunciado. Só como significação é que se dá essa transcendência, que tende a encaminhar para um sentido, o qual se regulariza no que denominamos **texto**. **Dizer** e **mostrar** constituem dois níveis ou modos de produção da significação que funcionam de maneiras diferentes: enquanto a **significação** do enunciado é dada pela relação entre a linguagem e o mundo, constituindo, como já se disse, o domínio da Semântica, o **sentido** é dado pela relação entre a linguagem e os homens, constituindo o campo da Pragmática.

NOTAS

1. O termo **texto**, como também ocorre com o termo **discurso**, tem sido conceituado de maneiras bastante diversas. Basicamente, pode-se tomá-lo em duas acepções: em sentido lato, para designar toda e qualquer manifestação da capacidade textual do ser humano, quer se trate de um romance ou de um poema, quer de uma música, uma pintura, um filme, uma escultura, etc., isto é, de qualquer tipo de comunicação realizada através de um sistema de signos. Em se tratando da linguagem verbal, tem-se o **discurso**, atividade comunicativa de um locutor, numa situação de comunicação determinada, englobando não só o conjunto de enunciados por ele produzidos em tal situação — ou os seus e os de seu interlocutor, no caso do diálogo — como também o evento de sua enunciação. O discurso manifesta-se lingüisticamente por meio de textos — em sentido estrito — que consistem em qualquer passagem falada ou escrita, capaz de formar um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, assim, de uma unidade semântico-pragmática, de um contínuo comunicativo textual que se caracteriza pela coerência e pela coesão, conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto. Neste trabalho, delimitaremos o termo ao texto escrito.

2. A concepção da linguagem como ação dramática é desenvolvida por Vogt em vários de seus trabalhos, entre eles: "Por uma pragmática das representações", em Vogt (1980), e "Dois verbos 'achar' em português?" (em co-autoria com Rosa Athlé Figueira), mimeografado.

3. O termo **representação** significa, aqui, o que se está chamando de **representação**, ou seja, representação de um estado de coisas do mundo extralingüístico, razão pela qual se situa no nível do explícito, ao contrário do que ocorre com a **representação**.